

Seleção de fornecedores - Fase recursal

Pregão Eletrônico N° 90500/2024
(Lei 14.133/2021)

UASG 925373 - SUPERINTEND.ESTAD.DE COMPRAS E LICITAÇÕES-RO

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto
Modo disputa: Aberto



Disputa



Julgamento



Habilitação



Fase Recursal



Adjudicação/ Homologação



1 SERVIÇO ENGENHARIA

Sem benefícios ME/EPP
Julgado e habilitado (aguardando adjudicação)

Qtde solicitada: 1
Valor estimado (unitário) R\$ 14.187.493,0800



Data limite para recursos	Data limite para contrarrazões
20/08/2025	25/08/2025
Data limite para decisão	
11/09/2025	



Recursos e contrarrazões

23.044.736/0001-67
AC CONSTRUTORA LTDA
Recurso: cadastrado



Decisão do pregoeiro

Nome	Decisão tomada	Data decisão
NOME	não procede	01/09/2025 14:04

Fundamentação

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90500/2024/SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 0036.036175/2024-23/SESAU-RO OBJETO: Registro de preço para eventual contratação de serviços comuns de engenharia e insumos para manutenção predial das unidades de saúde e prédios sob a tutela da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU-RO), conforme especificações técnicas estabelecidas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Trata-se de recurso interposto pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA contra decisão da Pregoeira que declarou habilitada a empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA. I - DOS FATOS PRELIMINARES 1) RECURSO ADMINISTRATIVO id. (0063649752) – Interposto, tempestivamente, pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA CNPJ N.º 23.044.736/0001-67, contra o resultado do julgamento da habilitação da Empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90500/2024/SUPEL/RO. 2) CONTRARRAZÕES id. (0063649773) – apresentado tempestivamente pela empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ N.º 02.646.893/0001-72, em campo próprio da plataforma de licitações COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras). 3) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. II - DAS FORMALIDADES Reuniu-se o Presidente em substituição e seus membros da Comissão de Obras, para apreciação do recurso interposto pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA, contra a decisão que declarou habilitada a empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, com o fim da elaboração da presente Ata de Julgamento de Recurso, pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, nos autos do Pregão Eletrônico em epígrafe. III – DO RECURSO A recorrente sustenta: a) Ausência do Balanço Patrimonial de 2023, em afronta ao item correspondente do edital e ao art. 67 da Lei n.º 14.133/2021; b) Ausência da Declaração SEJUS/NUTRER no momento oportuno, tendo esta sido apresentada apenas após diligência, o que configuraria suprimimento extemporâneo de documento essencial; c) Violação aos princípios da vinculação ao edital, da isonomia e da legalidade. IV – DAS CONTRARRAZÕES A empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA apresentou defesa, aduzindo que: a) Os balanços patrimoniais encontram-se regularmente disponibilizados no SICAF, sistema oficial da Administração, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021; Assim como também foram juntados em campo próprio no sistema COMPRAS.GOV, quando solicitado pela Pregoeira, em sua devida fase de habilitação; b) A declaração própria de contratação de egressos já havia sido apresentada, e o documento da SEJUS tem caráter apenas complementar, onde, através de diligência realizada pela Pregoeira, o documento foi juntado, suprimindo a necessidade dos documentos solicitados; c) O recurso seria meramente protelatório, carecendo de fundamento jurídico. V – DA FUNDAMENTAÇÃO A análise da Comissão considerou: Quanto ao balanço patrimonial: O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 exige a apresentação do balanço patrimonial, com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. No entanto, o edital admite expressamente a utilização do SICAF, informando que os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, desde que assegure que os demais licitantes, terão acesso aos dados constantes dos sistemas, para comprovação da habilitação econômico-financeira. Constatou-se ainda, que o balanço da MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, encontrava-se devidamente registrado no sistema, documento este, que fora juntado na solicitação dos documentos de habilitação, não havendo ausência documental. Quanto à declaração da SEJUS/NUTRER: De fato, a MMGR apresentou declaração própria de compromisso com a contratação de egressos, em conformidade com o edital. A declaração da SEJUS, foi apresentada como documento complementar, permitido por lei, conforme diz no art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que



Presidente, junto de sua Comissão de Obras, DECIDIU pela MANUTENÇÃO DA DECISÃO proferida em sessão pública, NEGANDO PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA, mantendo a decisão que declarou habilitada a empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, fundamentada no princípio constitucional contido no art. 5° da Lei Federal nº 14.133/21, considerando o que preceitua o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, além dos itens vinculados ao Edital da PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90500/2024/SUPEL/RO. Senão vejamos: Conhecer do recurso interposto pela AC CONSTRUTORA LTDA, por ser tempestivo; Negar provimento ao recurso, mantendo a decisão de HABILITAÇÃO da MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, uma vez que: 1. O balanço da MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, encontrava-se devidamente registrado no sistema, juntado durante a fase da solicitação dos documentos de habilitação, não havendo ausência documental. 2. A declaração da SEJUS, foi apresentada como documento complementar da declaração própria de contratação de egressos e reeducandos, em sede de diligência; 3. Não houve violação aos princípios da vinculação ao edital, da isonomia e da legalidade; 4. A Comissão agiu em conformidade com o edital e a legislação vigente. Porto Velho, 28 de agosto de 2025. JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS Pregoeiro em Substituição da COOBR/SUPEL

↗ Revisao da autoridade competente

Nome	Decisão tomada	Data decisão
NOME	mantida decisão não procede	02/09/2025 10:30
Fundamentação		
<p>Decisão nº 98/2025/SUPEL-ASTEC Pregão Eletrônico n.º 90500/2024 Processo Administrativo: 0036.036175/2024-23 Interessada: Secretaria de Estado da Saúde - SESAU. Objeto: Registro de preço para eventual contratação de serviços comuns de engenharia e insumos para manutenção predial das unidades de saúde e prédios sob a tutela da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU-RO), conforme especificações técnicas estabelecidas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Assunto: Decisão em Julgamento de Recurso. Vistos, etc. Aportaram os autos para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do artigo 165, §2º, da Lei n.º 14.133/2021. Os autos do presente processo versam sobre procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto o Registro de preço para eventual contratação de serviços comuns de engenharia e insumos para manutenção predial das unidades de saúde e prédios sob a tutela da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU-RO), conforme especificações técnicas estabelecidas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), gerenciado pela unidade interessada supracitada. Verifica-se a interposição de recurso pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA (0063649752) em face da decisão do condutor do certame sobre a habilitação e classificação da empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, que apresentou suas contrarrazões (0063649773). Compulsando às razões recursais, a recorrente traz à baila irresignações contornando, em resumo, os seguintes enredos: I - ausência do balanço patrimonial referente ao exercício de 2023; II - ausência da declaração da SEJUS/NUTRER. Dessa forma, passamos à análise do recurso. No tocante ao item (I), a recorrente sustenta que a recorrida não apresentou o balanço patrimonial do exercício do ano de 2023, em descumprimento ao art. 69, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021 e tópico 12.3.2 do Edital (0061939264). Nesse ponto, insta salientar o que dispõe o Edital (0061939264) do certame: 12.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas; [...] 12.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. 12.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação. 12.10. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação. Para tanto, tem-se que os licitantes poderiam deixar de apresentar os documentos de habilitação que constassem no SICAF. Nesse sentido, ao realizar a consulta no respectivo sítio eletrônico, o condutor do certame constatou que o balanço patrimonial referente ao ano de 2023 se encontrava devidamente disponível, o que supre, portanto, o exigido pelo Edital. É de sabença que, a Administração Pública deve se pautar nos princípios norteadores das contratações públicas previstos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021, dentro os quais se encontra a vinculação ao instrumento convocatório. O Edital constitui o instrumento normativo que rege o certame, e tem como escopo garantir segurança jurídica durante todo o desenvolvimento da licitação. Acerca do tema, têm-se os seguintes julgados: O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes. (STJ - REsp: 354977 SC 2001/0128406-6, Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Data de Julgamento: 18/11/2003, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 09.12.2003 p. 213).</p> <p>----- APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO TIDO COMO ILEGAL PRATICADO PELO DIRETOR-GERAL E PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. RECURSO DA LICITANTE. AUTORIDADE COATORA QUE SE NEGOU A RECEBER A PROPOSTA DA IMPETRANTE EM RAZÃO DE ATRASO DE 4 (QUATRO) MINUTOS. TESE DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. ALEGADO FORMALISMO EXACERBADO. TESSES INSUBSISTENTES. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO EVIDENCIADO. ATRASO OCORRIDO EM RAZÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. FORTUITO INTERNO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. CONDUTA ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. "Diante dessa perspectiva, por princípio, uma vez publicado o edital, a Administração e os licitantes estão vinculados a ele, não podem se apartar ou se dissociar de seus termos. [...] À Administração não é permitido fazer exigências não previstas no edital nem deixar de exigir aquilo que fora prescrito nele. Os licitantes, por sua vez, devem cumprir os termos estabelecidos no edital. Eis o princípio da vinculação ao edital." (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 90-91). APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5082662-18.2023.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Carlos Adilson Silva, Segunda Câmara de Direito Público, j. 11-06-2024). Nesse sentido, destaca-se o exposto pelo Pregoeiro na Ata de Julgamento do Recurso (0063649528) acerca do assunto: O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 exige a apresentação do balanço patrimonial, com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. No entanto, o edital admite expressamente a utilização do SICAF, informando que os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, desde que assegure que os demais licitantes, terão acesso aos dados constantes dos sistemas, para comprovação da habilitação econômico-financeira. Constatou-se ainda, que o balanço da MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, encontrava-se devidamente registrado no sistema, documento este, que fora juntado na solicitação dos documentos de habilitação, não havendo ausência documental. Desse modo, no presente caso, não constitui motivo para a desclassificação da recorrida a não apresentação do balanço patrimonial do ano de 2023 juntamente com os documentos de habilitação, pelos fatos e fundamentos acima elencados. Portanto, nesse ponto, não assiste razão aos argumentos da recorrente. Quanto ao item (II), a recorrente alega que a recorrida deixou de apresentar a declaração exigida no tópico 12.1.11 do Edital (0061939264). Sobre a questão, cabe elucidar o que prevê o Edital (0061939264): 12.1.11. Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009 (ANEXO XI e ANEXO XII), acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho. Nesse contexto, necessário trazer à baila o explanado pelo Pregoeiro na Ata de Julgamento do Recurso (0063649528): De fato, a MMGR apresentou declaração própria de compromisso com a contratação de egressos, em conformidade com o edital. A declaração da SEJUS, foi apresentada como documento complementar, permitido por lei, conforme diz no art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que admite diligência para esclarecer ou complementar informações já apresentadas, vedando apenas o suprimento de ausência absoluta. Veja-se que, a diligência empreendida encontra amparo no art. 64, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Cumpre salientar que, na eventualidade de qualquer falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta, a Pregoeira detém um poder-dever de realizar diligências, superando, assim, o dogma do formalismo excessivo e promovendo a razoabilidade, a eficiência e a ampliação da competitividade, bem como a apresentação da proposta mais vantajosa à Administração. Acerca do assunto, tem-se as seguintes ementas: É lícita a admissão da juntada de documentos, em atendimento a diligência, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame (art. 64, inciso I, da Lei 14.133/2021), sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes. Acórdão 602/2025-Plenário Relator: ANTONIO ANASTASIA</p>		



----- REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea h; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.(TCU - RP: 12112021, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Data de Julgamento: 26/05/2021) ----- É irregular a inabilitação de licitante com base em interpretação restritiva de cláusula do edital, por afrontar os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da competitividade, bem como a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública. (TCU – ACÓRDÃO 1466/2025 – PLENÁRIO) Nesse sentido, a exigência editalícia deve ser interpretada de forma a resguardar a finalidade do procedimento licitatório, que é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e não a penalização do licitante por formalidade que, no caso concreto, mostrou-se desnecessária para a aferição da conformidade do produto. Desta feita, além dos princípios previstos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021, importa pontuar outro princípio que deve ser observado pelo gestor na tomada de decisão, apesar de não previsto expressamente na lei, qual seja, o formalismo moderado. O chamado princípio do formalismo moderado não possui o condão de desrespeitar o edital, nem os princípios que regem o procedimento licitatório. Tal princípio tem a finalidade de priorizar a satisfação do interesse público, sem desrespeitar a legalidade. Refere-se, portanto, ao ponto de equilíbrio sobre a necessidade entre a formalidade necessária para assegurar a legalidade do certame e a flexibilidade suficiente para permitir a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Portanto, a utilização do formalismo moderado não significa desrespeito à vinculação ao instrumento convocatório, mas se trata de uma solução tomada pelo gestor a partir de um conflito de princípios, mantendo a legalidade do ato. Reforça-se que a interpretação e aplicação das regras do instrumento convocatório devem ser guiadas pelo atingimento da finalidade da licitação, qual seja a seleção da proposta mais vantajosa para atender o interesse público. Para tanto, considerando que a proposta apresentada pela recorrida demonstrou a melhor relação entre custo e benefício, o que a torna vantajosa para a Administração, e em observância aos princípios norteadores das contratações públicas, em especial o princípio do formalismo moderado, não assiste razão aos argumentos da recorrente. Ressalta-se dentro deste escopo, que todos os procedimentos e análises foram realizadas com absoluta imparcialidade, de forma objetiva e dentro da legalidade estabelecida, vez que é certo que a Administração deve se pautar nos princípios norteadores das contratações públicas, expressamente previstos no artigo 5º da Lei n.º 14.133/2021, de modo a garantir o tratamento isonômico entre os participantes, bem como a segurança jurídica durante todo o desenvolvimento do procedimento licitatório. Ante todo o exposto, pelas razões e fundamentos destacados na Ata de Julgamento do Recurso (0063649528), que elaborado em observância às razões recursais (0063649752) e respectivas contrarrazões (0063649773) apresentadas no certame, não vislumbro irregularidade na decisão do Pregoeiro. Isto posto, DECIDO: 1. Conhecer e julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA, de forma a manter habilitada a empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA para o ITEM 1 do presente certame. Portanto, MANTENHO a decisão do Pregoeiro. Ao Pregoeiro para ciência e providências aplicáveis à espécie. Porto Velho/RO, data e hora do sistema. MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Voltar

Decidir reabertura



Acesso à
Informação